

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.200.310 - SP (2017/0263466-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE

PROCURADORE : SANDRA MACEDO PAIVA - SP093166

S

MARCELO PIMENTEL RAMOS - SP140327

ROSELI GONÇALVES DE FREITAS - SP149331

EDUARDO PROZZI HONORATO - SP183070

MARCELO CHUERE NUNES - SP142512

LEANDRA FERREIRA DE CAMARGO - SP185666

CAROLINE MAIA CARRIJO REGHELLIN - SP189485

ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA FIGUEIREDO - SP194365

MARINA BITTENCOURT PROENÇA - SP305648

AGRAVADO : ACAFSA - ASSOCIACAO DOS COMPRADORES DE APARTAMENTOS DO FLORESTA SANTO ANDRE

AGRAVADO : COOPERATIVA HABITACIONAL PROCASA

AGRAVADO : MARTINS PEREIRA COMERCIAL E INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA

ADVOGADO : EDMILSON APARECIDO BRAGHINI - SP224880

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ITBI. DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 419):

ITBI - Cobrança progressiva - Municipalidade de Santo André - Inadmissibilidade - Súmula 656 do STF - Mandado de Segurança - Sentença reformada para conceder a segurança pleiteada - Recurso provido.

Embargos de declaração opostos parcialmente acolhidos, sem efeito modificativo (fl. 457).

No recurso especial, o recorrente sustenta violação do art. 267, I, IV e VI, do CPC/1973 e 1º da Lei n. 12.016/2009, ao argumento de que a legislação municipal estabelece descontos em função da metragem e em face de determinadas entidades, não se confundindo com a progressividade vedada de ITBI alegada, motivo pelo qual cabe a extinção do feito, por ausência de interesse processual.

Contrarrazões a fls. 483-501.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Registra-se que os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos

requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ.

Na espécie, a Corte de origem decidiu a lide exclusivamente com fundamento constitucional. Em sua análise, o órgão julgador firmou convicção que a municipalidade estava incorrendo em procedimento inadmissível e inconstitucional, ao aplicar critério que adotava alíquotas diferenciadas para o cálculo do ITBI, de forma a caracterizar, de forma indireta, a vedada progressividade, ofendendo assim o princípio da isonomia, conforme entendimento consolidado no STF e na Súmula 656/STF, razão pela qual reformou a sentença a fim de conceder a segurança pleiteada pelos impetrantes (fls. 419/420).

Dessa forma, quanto aos arts. art. 267, I, IV e VI, do CPC/1973 e 1º da Lei n. 12.016/2009, não houve juízo de valor pela Corte de origem, motivo pelo qual não se conhece do recurso por falta de cumprimento do requisito do prequestionamento. Incidência à hipótese da Súmula 282/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo e não conheço do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator